

# Editoriais jornalísticos sobre ecologia: opinião privada como opinião publicamente mediada\*

Antonio Teixeira de Barros\*\*

## Resumo

Analisa editoriais jornalísticos sobre meio ambiente publicados pelos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* nas décadas de 1970 (Eco 72) a 1990 (Eco 92). Constata que a opinião é utilizada como suporte da informação, ou seja, os editoriais figuram mais como elementos de apoio à cobertura noticiosa, tanto que se referem, em sua maioria, aos assuntos que aparecem com maior ênfase nos textos noticiosos, como estratégia para fixar na opinião pública o enfoque da cobertura informativa. *Palavras-chave*: imprensa e ecologia; jornalismo opinativo e ecologia; editoriais jornalísticos.

## 1 Introdução

O objetivo geral deste trabalho é analisar a opinião da imprensa sobre ecologia no Brasil, no período de junho de 1972 (Eco 72) a junho de 1992 (Eco 92). Para tanto, examinamos editoriais de quatro jornais de grande circulação: *O Estado de S. Paulo* (ESP), *Folha de S. Paulo* (FSP), *O Globo* (OG) e *Jornal do Brasil* (JB).

O editorial jornalístico constitui um discurso, em forma de texto argumentativo, que expressa a opinião do órgão editor acerca de questões relacionadas aos acontecimentos considerados mais importantes, que o jornal noticia ou noticiou recentemente. Dife-

---

\* Elaborado com base no *corpus* utilizado pelo autor em sua tese de doutoramento, intitulada "Atores e discursos ecológicos no Brasil: Ciência, Estado e Imprensa (1972-92)", apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, sob a orientação da Profa. Dra. Fernanda Sobral, em 1999.

\*\* Doutor em Sociologia e mestre em Comunicação, Professor do Curso de Comunicação Social do Centro Universitário de Brasília (UnICEUB).

rentemente dos textos informativos, o editorial constrói uma interpretação ou um julgamento, com o objetivo de “explicitar o sentido subjacente ao que é apenas noticiado” (Krieger, 1990, p. 159).

O objeto mais comum da interpretação ou julgamento editorial são os fatos ligados às esferas política, administrativa e econômica do país. Assim, conforme o autor citado, os editoriais “cumprem a função comunicativa de fazer saber e de fazer compreender ao público leitor os jogos de conduta dos governantes, as implicações, para a vida do país, das atitudes e decisões governamentais” (Krieger, 1990, p. 159). Com isso, os editoriais expressam seu ponto de vista (privado), sua abordagem (particular) sobre a condução da vida pública.

Essa concepção de editorial jornalístico remete a algumas idéias da teoria liberal tradicional da livre imprensa, formulada pelos primeiros pensadores liberais, como Jeremy Bentham, James Mill e John Stuart Mill, entre outros. Segundo essa teoria, a imprensa é concebida como “um fiscal crítico e independente com respeito ao Estado” (Thompson, 1995, p. 323). A expressão livre da opinião, por meio da imprensa – e pela própria – como o meio mais importante para a manifestação de uma diversidade de opiniões é condição indispensável para a formação de uma opinião pública esclarecida, sem a intervenção e abuso de poder por parte do Estado e governos tirânicos e corruptos. Uma imprensa livre e independente funcionaria como uma salvaguarda vital contra o uso despótico do poder político. Desempenharia ainda o papel de um vigilante crítico e atento. Além de enriquecer o debate político e a esfera do conhecimento, “exporia e criticaria as atividades daqueles que governam e os princípios nos quais baseiam suas decisões” (Thompson, 1995, p. 324).

É nessa perspectiva teórica, portanto, que pretendemos analisar os editoriais publicados pelos jornais mencionados, acerca da questão ambiental no Brasil, entendendo os editoriais como produtos jornalísticos que resultam da mediação de opiniões privadas. Só que essas opiniões são apresentadas pelos jornais como manifestação de idéias de domínio público, uma vez que resultam da interpretação e julgamento de fatos e acontecimentos ecológicos que são publicamente mediados, não só pelos próprios jornais que emitem essas opiniões, mas por outros veículos de comunicação, como a TV e o rádio.

A opção pelo exame de editoriais decorreu da constatação, na pesquisa original<sup>1</sup>, de que tanto em termos de informação como de opinião, a política governamental constitui uma das referências básicas para o discurso jornalístico brasileiro sobre meio ambiente. Essa foi a marca da produção informativa e opinativa da imprensa ao longo de todo o período de estudo, nas principais categorias temáticas, como Amazônia, devastação, poluição, agricultura e meio ambiente, política ambiental, legislação ambiental, fauna/flora, recursos hídricos e outras (Barros, 1999).

A delimitação do período de estudo entre 1972, quando se realizou a Conferência de Estocolmo, e 1992, quando se realizou a Eco-92, justifica-se pela necessidade de acompanhar o desenrolar da questão, principalmente pela importância de se estudar a influência da opinião na cobertura da imprensa sobre o assunto. Justifica-se ainda pelo fato de que as duas conferências em questão constituem dois importantes marcos na discussão sobre ecologia e meio ambiente, tanto em termos mundiais, como no que se refere à participação do Brasil.

## 2 Descrição da pesquisa e da metodologia

A pesquisa foi realizada com base na técnica de *análise de conteúdo* (AC), entendida como “um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento. A técnica se aplica à análise de textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento” (Chizzotti, 1991, p.98). Apesar dessa definição, Bardin (1977, p. 31) ressalta a dificuldade de se compreender a AC como um método uniforme, alertando para o fato de que se trata, antes, de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”.

Por essa razão, complementa, deve-se entender a AC não como um instrumento, mas “um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”. Por isso, adotamos um dos procedimentos específicos desse “conjunto de apetrechos”, a análise categorial, a qual, conforme a autora citada:

*pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido. Isso pode constituir um primeiro passo, obedecendo ao princípio de objetividade e racionalizando através de números e percentagem, uma interpretação que, sem ela, teria de ser sujeita a aval. É o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem. É, portanto, um método taxionômico bem concebido para (...) introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente (Bardin, 1977, p. 37)*

Chizzotti (1991) enfatiza ainda que a AC permite um trabalho sem que a forte dicotomia pesquisa quantitativa *versus* pesquisa qualitativa esteja presente. Isso porque, em sua concepção, a AC permite que se faça uma boa análise qualitativa de dados estritamente quantitativos ou que o material coletado com técnicas qualitativas possam ser combinados com métodos quantitativos. Assim, diz o autor que o objetivo da análise de conteúdo é “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (Chizzotti, 1991, p. 98).

Autores como Stone (1987) e Williams (1992) também defendem a AC como um rico instrumento de pesquisa no campo das ciências sociais, por várias razões. A primeira delas é que a AC tem sido usada no campo da Sociologia com o objetivo de selecionar e descrever determinadas figuras sociais, principalmente quando se trata de conteúdo relativo aos sistemas modernos de comunicação. Além disso, trata-se de um recurso metodológico que se aplica à análise de discursos extremamente diversificados, com base na categorização sistemática e objetiva do conteúdo manifesto no texto e na dedução de inferências, ou seja, uma “segunda leitura”, centrada nos aspectos latentes da mensagem, ou seja, o potencial inédito em termos de sentido, o não-dito.

Para tanto, coletou-se uma amostra de fontes (Marconi, Lakatos, 1996), compreendendo 74 editoriais publicados pelos quatro jornais de maior circulação do País: *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*.

A amostra é do tipo não probabilística intencional (Berquó, 1981) ou amostra selecionada, tendo-se em vista sua melhor ade-

quação ao tipo de trabalho proposto, visto que os estudiosos da área concebem-na como um tipo especial que pode ser retirado de um universo mediante processo seletivo deliberado, ou seja, as unidades que comporão o corpo amostral são escolhidas intencionalmente pelo pesquisador, de forma a atender seus objetivos e metas de trabalho. Tal escolha justifica-se porque, ao estudar um tema específico da cobertura jornalística, talvez fosse improdutivo trabalhar com uma amostra aleatória ou probabilística. Assim, optamos pelo intervalo de três meses, de modo a incluir os de maior incidência de informação sobre ecologia, como junho (que inclui a Semana do Meio Ambiente, além do período de realização da Conferência de Estocolmo e da Rio 92) e setembro (Semana da Árvore). A amostra inclui, portanto, os meses de abril, junho, setembro e dezembro de todos os anos do período em estudo (1972-92).

### 3 Os editoriais sobre meio ambiente no Brasil (1972-92)

Em termos quantitativos, o *Jornal do Brasil* (JB), a *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Globo* (OG) destacam-se como os periódicos que conferiram mais destaque à ecologia, em termos de editoriais, no período em estudo, com quantidade similar de textos – JB, 24 editoriais; FSP, 21; ESP, 19 e OG, 10 (Tabela 1). O registro de 74 editoriais ao longo do período em estudo revela ser um número relativamente pequeno, pois, no total de 2.280 textos<sup>2</sup>, esse número corresponde a 0,03%. No entanto, em se tratando de um tema que foi pouco explorado pela própria imprensa durante décadas (inclusive nos anos 70 e 80), consideramos pertinente, para a nossa análise, o exame específico dos editoriais, a fim de caracterizá-los e avaliar a importância deles no âmbito da cobertura jornalística sobre meio ambiente.

O que há em comum entre todos os jornais é a pouca expressividade na década de 1970, a diversidade de temas abordados no decênio de 1980 e a ênfase à Eco-92, nos anos 90. Ademais, a política governamental é, quase sempre, o referencial básico para os editorialistas de todos os jornais em questão. Outro destaque foi a Rio 92, com exceção de *O Globo*. Portanto, a primeira constatação é a de que a opinião dos jornais está em sintonia com a informação veiculada por eles, visto que, em todos os jornais em exame, os temas ligados à ação governamental e à Rio 92 apareceram com maior ênfase (Barros, 1999).

Em termos particulares, o JB destaca a atuação de órgãos públicos, sobretudo críticas à gestão ambiental, como é o caso do conflito entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e o Programa Nacional da Terra (Proterra), no estado da Bahia, em 1974, devido ao fato de que o primeiro ataca os desmatamentos provocados pelo segundo, pois “os incentivos do Proterra, sem a necessária audiência e fiscalização do IBDF, acarretam o risco de tornar extensas zonas do Estado, e do país, boas para o boi e más para o homem” (In: “Natureza em perigo”, JB, 24.09.74). Outro exemplo são as críticas à falta de instrumentos legais para a prevenção e o combate a acidentes ecológicos, como o que ocorreu, em 1981, com derramamento de petróleo de um navio grego, na baía da Ilha Grande, em São Paulo.

De modo geral, os títulos dos editoriais do JB já indicam a posição do jornal em relação às ações governamentais, como “*Política simbólica*” (JB, 06.06.83), “*Lei poética*” (JB, 28.06.88) e “*Devolvendo a bola*” (JB, 22.06.90). Nos dois primeiros, critica-se o papel apenas simbólico que tem o Estado na questão ecológica, resultante do fato de que “os projetos de preservação do meio ambiente e antipoluidores elaborados pelos órgãos do Governo são sistematicamente abandonados e substituídos por novas e irrealizáveis idéias”. Até mesmo a nova Constituição é criticada, pois “quanto mais bonito e romântico o texto, maior a distância da realidade, o que, obviamente, conspira contra o texto”. Afinal, o País necessita “muito mais de uma mudança de mentalidade do que um texto legal; e não havendo essa mudança, o texto fica sendo apenas uma coisa lírica, o que desmoraliza os objetivos que ele se propôs” (JB, 28.06.88).

A FSP, no que concerne aos temas políticos/governamentais, não se limita a críticas, como o JB, mas ressalta as ações positivas, como a criação de estações ecológicas, de organismos específicos e de leis destinadas a coibir ações predatórias. Contudo, as críticas também constituem ponto central nos editoriais da FSP, sobretudo quanto aos aspectos demagógicos e retóricos do discurso governamental, como no caso das medidas tomadas pelo governo Sarney, em 1986, anunciadas no Dia do Meio Ambiente, cujo destaque “resulta muito mais da pompa e circunstância que cercaram o evento (...) do que da qualidade e consequência do programa apresentado, insuficiente para atender as pretensões até mesmo do mais modesto ecologista” (In: “Demagogia ecológica”, FSP, 08.06.86).

Tabela 1 - Editoriais - Categorias Temáticas

Jornais	ESP			FSP			OG			JB			Total	
	70	80	90	70	80	90	70	80	90	70	80	90	N	%
Categorias/Décadas	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	4,20
Amazônia	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	4,20
Devastação	1	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	11,00
Eco 92	-	-	5	-	-	4	-	-	8	-	-	12	29	39,50
Mercado Verde	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3	4,20
Mov. Ecológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	0,75
Política Ambiental	-	-	4	3	8	3	-	1	-	1	6	3	29	39,50
Urbanismo	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	01	0,75
Total/Década	1	7	11	3	11	7	-	1	9	1	8	15	74	100
Total/Jornal	19			21			10			24			74	100

Mas a diferença central entre o JB e a FSP é que esta devota-se especialmente à situação do estado e da cidade de São Paulo. Dos 14 editoriais que abordam temas ligados à política governamental, oito tratam de problemas específicos do contexto regional/local, como: (a) gastos publicitários do Governo do Estado para divulgação de programas ecológicos considerados “socialmente injustos e politicamente eleitoreiros” (“Inversão de prioridades”, FSP, jun., 1992); (b) o descaso do mesmo Governo na preservação da estação ecológica de Juréia-Itatins; (c) a incapacidade da Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) no monitoramento da qualidade do ar na Grande São Paulo; (d) a falta de uma política da prefeitura para a preservação e ampliação de áreas verdes na capital paulista.

O ESP analisa as contradições das políticas governamentais, como as de ocupação do Norte e do Centro-Oeste, que resultou em um “processo de grave deterioração das condições de vida dos migrantes e do meio ambiente por eles ocupado” (“Mapa da degradação ambiental”, ESP, 10.01.91). Outras críticas referem-se a casos muito particulares, como a “Operação Guavira”, anunciada pelo Ministro de Exército no Dia do Meio Ambiente, a qual implicava no bombardeamento do Pantanal Mato-Grossense, “numa grande operação de treinamento, envolvendo tropas das três Armas, dez mil homens, 140 aviões...” (“Insensibilidade que beira a provocação”, ESP, 7.6.89). A Constituição também é criticada, porque, apesar de ser considerada uma das mais avançadas do mundo, “é de se fazer, então, a indagação óbvia: na prática de que isso nos tem

servido? Em que medida tem sequer diminuído a negligência predatória de nosso meio ambiente?” (“Predação criminosa e impunível”, ESP, 20.8.89).

Entretanto, o apoio do jornal à política oficial é que prevalece, ocorrendo até mesmo casos de exaltação explícita, como nos trechos abaixo:

- “Não há que regatear elogios à política ambiental que o presidente Fernando Collor de Mello definiu no Pantanal Mato-Grossense...” (“Ecologia e desenvolvimento”, ESP, 17.06.90);
- “O Presidente Collor de Mello fez questão de transmitir mensagem firme, mas serena, àqueles que insistem em manter ‘um monopólio de conhecimento’ impedindo o acesso aos instrumentos necessários à tarefa comum de proteção da natureza” (“Ecologia e desenvolvimento”, ESP, 17.06.90);
- “Nem tudo na atividade política dos que lutam pela preservação da natureza se limita a folclore, contudo. Quem leu a entrevista do secretário especial de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, professor José Goldenberg, na edição do *Estado* de domingo, já percebeu ser possível encontrar seriedade na justa preocupação pela sobrevivência da vida no planeta Terra...” (“Ecologia levada a sério”, ESP, 12.06.90).

Há ainda outro caso de sintonia entre os editoriais do ESP e o discurso governamental. Trata-se do repúdio à opinião pública internacional acerca da devastação na Amazônia, que “tornou-se uma obsessão nos países desenvolvidos”, onde todos fazem queixa aos cidadãos brasileiros, de motoristas de táxi a garçons. Contudo, ressalta o ESP que:

“o observador mais atento, como, por exemplo, o secretário de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, professor José Goldenberg, identifica, com facilidade, como já tem feito, a hipocrisia dessa campanha sistemática em defesa da manutenção da floresta brasileira, tal como ela está” (“Deixem o Brasil em paz”, ESP, 26.6.90).

Existe um ponto em comum entre o ESP e a FSP, no que se refere à ênfase à informação local. Os textos sobre o assunto enfocam a situação local / regional como conflitos entre o Executivo Municipal e



o Judiciário acerca de conflitos ligados à reversão das águas do rio Tietê para a represa Billings; e o apoio explícito do jornal à política ambiental do governo estadual, considerada pioneira no País, pois, “bem antes do atual processo de conscientização coletiva, que transforma em verdadeira moda as questões ligadas à Natureza, o governador Franco Montoro iniciava um esforço efetivo e consistente de defesa do meio ambiente” (“Da insensibilidade ambiental à suspeição”, ESP, 01.6.89).

O Globo registra um único editorial em que aborda problemas da política ambiental brasileira, mais especificamente o Programa “Nossa Natureza”, o qual, para o jornal “tem tudo para receber consideração e respeito nos meios internacionais”. Tal qual o ESP, OG manifesta seu apoio explícito ao Governo e repudia as pressões internacionais:

“O Programa Nossa Natureza não quer que se corrijam tão-somente nossos erros próprios – e nós os temos; quer que se corrija o desequilíbrio de uma ordem internacional responsável direta por muitos erros, além de indutora de outros” (“Nossa Natureza”, 13.04.89).

A Rio 92 foi o foco dos editoriais nos jornais cariocas. O JB e OG publicaram a maior quantidade: 12 e oito, respectivamente. A FSP e o ESP registram quatro e cinco textos cada um. O fato de a Conferência ter sido realizada na cidade do Rio de Janeiro talvez explique essa tendência.

A conotação política é a tônica na opinião de todos os jornais, consoante com a cobertura noticiosa. Contudo, a imprensa carioca (representada por JB e OG) e a imprensa paulista (representada pela FSP e ESP) assumem rumos distintos. No primeiro caso, os aspectos políticos do megaevento adquirem sentido de primeira grandeza, de forma personalizada, polarizada entre os discursos dos presidentes americano e brasileiro – George Bush e Fernando Collor de Mello. É como se um representasse o Norte e o outro, o Sul. Collor põe a culpa nos países industrializados e Bush reluta em admitir tal culpa. Grande parte dos editoriais limita-se a comentar tais discursos. Outro dado em comum entre os jornais cariocas são os elogios à administração local e a exaltação à vocação cosmopolita e multicultural da cidade. Cada um dos jornais dedica um editorial inteiro a isso.

Já os dois diários paulistas apresentavam opinião mais distanciada e até um pouco cética, sobretudo nos dias imediatamente anteriores ao evento. Ambos manifestam o temor de que tudo não passe de um megaespetáculo, esvaziado de resultados concretos. No mais, há muita semelhança quanto à ênfase política. Contudo, há preocupação com os demais temas, pois ambos os diários ressaltam que Política, Economia e Ecologia são partes integrantes dessa nova ordem mundial. Ao final do evento, os editoriais avaliam os resultados e nos dois periódicos há a confirmação de que, de fato, o que houve foi “muito barulho por nada”. Mesmo assim, ambos salientam que houve avanços:

“num paralelismo histórico, vale sempre lembrar que o princípio de proteção dos direitos humanos surgiu numa declaração de intenções, e veio lenta, mas progressivamente, sendo incorporado às legislações nacionais e, especialmente importante, à cultura das civilizações. Um passo semelhante, em certo sentido fundamental, foi dado também com a Eco 92” (“A dimensão global do assunto”, OG, 07.06.92).

Devastação, mercado verde, Amazônia e movimentos ecológicos são outros temas relevantes nos editoriais examinados (Tabela 1), o que mostra, mais uma vez, a sintonia da opinião com a produção informativa dos jornais em exame. O ESP foi o que mais considerou o problema da progressiva devastação, mas concentrou-se em casos particulares do Estado de São Paulo: a Serra da Cantareira, a destruição das florestas e o caso de Cubatão. O jornal atenta para o fato de que em todo o Estado restam apenas 5% de sua cobertura vegetal original. Contudo, nunca o ESP advoga a postura conservacionista. Sempre indica que “dentro dos princípios de um ambientalismo racional, é possível compatibilizar as necessidades de produção econômica (agrícola, pecuária, industrial) com as de preservação do meio ambiente...” (“Consciência racional do meio ambiente”, OG, 7.6.84).

Essa conotação econômica é, talvez, a justificativa para os jornais incluírem, em seus editoriais, questões ligadas ao pensamento ecológico empresarial. O JB denomina tal concepção de “realismo ecológico” e saudá-a como “uma positiva mudança de mentalidade” pelo fato de que os empresários, no mundo e no Brasil, estão cada vez mais dispostos a adotar postura pragmática no combate à poluição. Por isso, “a adesão formal do empresariado a esta grande causa, passados

os anos do capitalismo selvagem que só preservava a própria ganância, é sem dúvida um acontecimento louvável” (“Realismo ecológico”, OG, 26.4.91).

A FSP dedica dois editoriais ao assunto. Um fica no plano geral, apenas reforça que “cabe às empresas arcar com os gastos decorrentes da implantação de novos equipamentos” (“O custo da preservação”, FSP, 28.5.89). O ESP comenta um caso específico, envolvendo a empresa Exxon, sugerindo que os empresários brasileiros fossem mais cautelosos ao lidar com produtos químicos.

A Amazônia só não aparece em *O Globo*. *O Jornal do Brasil* e a *Folha* comentam os programas de proteção ambiental do governo Sarney. O discurso do JB é moderado. Alega que não se deve levar em conta somente a preservação, mas também o desenvolvimento. Ambientalistas e governo não podem ser radicais, para que “intransigência não jogue fora a criança com a água no banho” (“Pedra de toque”, JB, 8.6.89). Já a FSP defende maior abertura do Governo a projetos de cooperação internacional, sobretudo com organismos e agências de financiamentos. Na opinião da FSP, o governo Sarney apresentou-se refratário e xenófobo. O ESP dedica um editorial à forma de exploração das riquezas minerais e florestais em Rondônia, Amapá e Pará. Além da falta de conhecimento do potencial real, o jornal destaca a forma predatória do extrativismo.

O JB é o mais voltado para as questões globais da ecologia, inclusive as diversas concepções. Assim, discorre sobre as diferenças entre conservacionismo e restauracionismo e comenta problemas de ordem mundial, como as conseqüências da chuva ácida, efeito estufa e adesão dos países do Leste Europeu à “política verde”.

Os movimentos ecológicos são abordados em dois editoriais, um no JB e outro no ESP. O primeiro é superficial e taxativo. Considera que tais movimentos possuem posições extremadas e uma concepção irrealista de futuro. O ESP segue a mesma perspectiva. Denomina todos os movimentos de *ecoideologistas*, cuja lógica é a artificialidade e a ingenuidade. Além disso, afirma que não faltam “inocentes úteis e até convictos sinceros a seu serviço”, a exemplo do *rock* e do naturismo. Enfim, resume o ESP que:

assim como Max Weber ligou a ética protestante ao nascimento do espírito do capitalismo, esses *ecoideologistas* (grifo original) ligam o espírito do capitalismo à devastação do meio

ambiente, da nunca por demais decantada destruição da floresta amazônica às precipitações de “chuva ácida”, passando pela poluição atmosférica, produção de buracos na camada de ozônio e agitando o espectro do “efeito estufa”, que tanto poderia elevar a néveis insuportáveis a temperatura como levá-la de volta à era glacial – ficando a alternativa a gosto dos aterrorizados (“Ecoideologia”, ESP, 30.09.90)

#### 4 Considerações Finais

Vários outros discursos ecológicos sobre meio ambiente permeiam a opinião dos jornais, principalmente os discursos oficial, empresarial e até o alternativo (das ONGs e ambientalistas). Mas o discurso científico não aparece. Diante disso, cabe questionar as razões pelas quais os grandes jornais brasileiros não levam em conta os argumentos da ciência ao tomarem posição em relação aos problemas ecológicos. Falta conhecimento dos editorialistas? Falta interesse dos leitores? Existe ainda a antiga barreira entre cientistas e jornalistas?

O fato é que apenas a FSP, de forma superficial, cita argumentos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em editorial sobre os problemas de Cubatão. Melhor dizendo: faz alusão à idéia da SBPC de que a defesa da ecologia deixou de ser “tema exclusivo de setores intelectualizados e se inscreve na prática reivindicatória de segmentos mais amplos da população”, a fim de que pressionem as autoridades para que dêem atenção menos superficial e episódica ao assunto. Além disso, é simplista a avaliação que os jornais fazem dos movimentos ecológicos. A começar pela indistinção entre a ação de ambientalistas apaixonados e de organizações não governamentais. A diversidade de filosofias e de práticas é tanta que em nada condiz com estereótipos veiculados pelos editoriais citados.

Após a análise, podemos destacar ainda que os jornais usam o espaço dos editoriais como suporte da informação. Os editoriais analisados figuram mais como elementos de apoio à cobertura noticiosa, tanto que se referem, em sua maioria, aos assuntos que aparecem com maior ênfase nas categorias noticiosas, como estratégia para fixar na opinião pública o enfoque posto pela cobertura noticiosa. Essa constatação decorre do fato de que as categorias temáticas mais contempladas pelos editorialistas são exatamente aquelas que receberam maior destaque na cobertura noticiosa (Barros, 1999). Esse dado re-

vela ainda a estreita relação entre a opinião dos jornais acerca da problemática ambiental e o julgamento da imprensa ligado aos fatos políticos, administrativos e econômicos, conforme abordado por Krieger (1990).

Essa relação entre opinião (editorial) e o discurso oficial revela ainda a existência de uma teia de poderes entre imprensa e Estado. Em primeiro lugar, cabe destacar que se trata de dois campos de poder que operam basicamente com o saber discursivo, ou seja, com estratégias discursivas. Estas, por sua vez, como salienta Foucault (1971; 1992), fazem parte de algo mais abrangente, as formações discursivas, entendidas como o conjunto de pressupostos que constituem os enunciados que sustentam uma concepção de saber. Podem ser compreendidas também como as condições políticas e sociais que formam os sujeitos de conhecimento e as relações de verdade. Essas formações discursivas constituem o solo do qual as práticas e representações discursivas emergem, circunscritas às condições que permitem sua própria emergência.

À toda formação discursiva corresponde uma formação ideológica, ou seja, o sentido instaurado por um determinado discurso, além de depender do terreno sócio-histórico acima mencionado, é condicionado pelas posições ideológicas existentes no jogo de poder-saber em que as palavras são produzidas e difundidas. Assim, as palavras “mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas ‘tiram’ seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (Orlandi, 1999, p. 42-43).

Foucault assinala ainda que os discursos delimitam, modelam e criam o espaço social. Cada ordem do discurso constrói suas próprias regras, suas próprias normas e, assim, delimitam as possibilidades de surgimento de outros discursos. Afinal, os discursos são práticas que se cruzam, que se justapõem, mas também que se ignoram e se excluem. É o que ocorre com a relação entre o discurso dos próprios jornais (os editoriais) e os fatos oriundos da esfera política, os quais são apresentados pelo Estado como fruto de um consenso social. Os editoriais jornalísticos, ao tematizarem tais fatos, reforçam o discurso oficial. Assim, o discurso opinativo em questão funciona como um discurso que se transforma em *medium* do poder, ou seja, como meio de efetivação de quaisquer relações de poder (Arendt, 1983).

Cabe salientar ainda que os editoriais analisados são tomados, no âmbito deste trabalho, como representações construídas e não mera descrições da realidade. São produzidos com base em formações discursivas e ideológicas específicas, a partir de um jogo de relações de poder que os perpassam. São vistos ainda como um “lugar de fala”, ocupado por atores sociais concretos, produtores de discursos e de representações da realidade – os jornais. Só que esse “lugar de fala”, entendido por Orlandi (1999) como a posição na qual o sujeito se encontra na pirâmide social, é exercido pelos jornais enquanto empresas privadas. Como tal, propõem-se a emitir julgamentos acerca das políticas públicas de meio ambiente e das ações governamentais de modo geral, voltadas para a administração e gerenciamento das crises e problemas ambientais, mas com o propósito de, na maioria das vezes, postular a defesa de pressupostos econômicos e financeiros, como vimos durante a análise de conteúdo dos próprios editoriais.

#### **Abstract**

This article analyzes journalistic editorials on environment published by the Brazilian newspapers “O Estado de S. Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “O Globo” and “Jornal do Brasil” in the decades from 1970 (“Eco 72”) to 1990 (“Eco 92”). It verifies that opinion is used as support of the information: that the editorials represent more support elements to the informative covering, as they refer, in its majority, to the subjects that appear with larger emphasis in the informative texts, as a strategy to fasten in the public opinion the focus of the informative covering.

*Key words:* press and ecology; opinative journalism and ecology; journalistic editorials.

#### **Resumen**

Este artículo analiza editoriales periodísticos del medio ambiente publicados por los periódicos brasileños “O Estado de S. Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “O Globo” y “Jornal do Brasil” en la década de 1970 (“Eco 72”) hasta 1990 (“Eco 92”). Verifica que la opinión se usa como apoyo de la información. Es decir que los editoriales representan más como elementos de apoyo a la cobertura informativa, tanto que los mismos se refieren, en su mayoría, a los asuntos que aparecen con más énfasis en los textos informativos, como estrategia para atar en la opinión pública el enfoque de la cobertura informativa.

*Palabras clave:* opinión periodística y ecología; editoriales periodísticos.

## Notas

1. Na pesquisa original foram analisados textos informativos e opinativos.
2. Esse total compreende notas, notícias, reportagens e editoriais.

## Referências

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, Antonio Teixeira de. *Atores e discursos ecológicos no Brasil: ciência, estado e imprensa (1972-92)*. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília.
- BERQUÓ, E. S. *Bioestatística*. São Paulo: EPU, 1981.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. Rio de Janeiro: Cortez, 1991.
- FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- KRIEGER, M. da G. Editoriais jornalísticos: discursos de representação do interesse coletivo. *R. Bibliotecon. Comun.*, Porto Alegre, n.5, p.158-164, dez. 1990.
- MARCONI, M. de A. ; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- STONE, F. J. A análise de conteúdo da mensagem. In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional, 1987.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WOLF, M. Da sociologia dos emissores ao newsmaking. In: \_\_\_\_\_. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1995. p.159-230.